



Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

Barueri, 24 de agosto de 2022

PARECER JURÍDICO

084/2022



Fls. Nº	02
Proc. Nº	1955/2022

De: Procuradoria Geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação,
e Comissão de Transportes.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 069/2022.

Autoria: REINALDO CAMPOS.

Dispõe sobre:

**"INSTITUI NO MUNICÍPIO DE BARUERI O DIA DO
PEDESTRE".**

Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Nobre Vereador Reinaldo Campos que pretende instituir o Dia do Pedestre.

"A palavra *pedestre* distingue um sujeito que anda a pé de um sujeito que utiliza veículos para sua locomoção. O dicionário Aulete Digital traz a seguinte definição: **"Aquele que está a pé ou que anda (tráfego de pedestres)"** (AULETE DIGITAL, 2015). É uma palavra muito utilizada nos discursos de organização da cidade, havendo uma série de ações direcionadas aos pedestres (*tráfego de pedestres*) e outras direcionadas ao *tráfego de veículos*. Desse modo, ela se insere em um discurso de especialidade, que conduz a uma identificação técnica, objetivada".

<https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete/view&id=225>

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

30-08-2022 14:55 01274322 2/2





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

O pedestre atrai muita atenção em relação à regulamentação do trânsito, este que deve ser estabelecido para proporcionar fluidez e segurança, mas com vistas à proteção do pedestre, tanto que o pedestre goza de certa preferência em relação a outros atores do trânsito, a exemplo do artigo 36, da lei 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro CTB), que diz:

Fig. Nº	05
Proc. Nº	1955/2022

Art. 36. O condutor que for ingressar numa via, procedente de um lote lindeiro a essa via, deverá dar preferência aos veículos e pedestres que por ela estejam transitando.

Ademais, vale registrar que o CTB também estabelece competir aos órgãos de trânsito do município, planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos e pedestres (artigo 24, inciso I).

Portanto, instituir políticas direcionadas à proteção dos pedestres, buscando proporcionar maior segurança no trânsito, por meio de eventos socioeducativos, entre outras atividades, corrobora com a competência municipal planejar e proporcionar proteção, e garantir a incolumidade dos pedestres.

Por fim, ressalte-se que, conforme definição do dicionário predito, pedestre é aquele que está a pé, ou seja, somos todos nós que participamos do trânsito local quando circulamos nas vias movidos apenas pelas próprias pernas, portanto, proteger o pedestre, é proteger toda a sociedade, é proteger a própria vida.

Da competência legislativa concorrente

Imperioso registrar que o projeto não versa acerca daquelas matérias de iniciativa reservada ao Prefeito, porquanto não se trata de qualquer





Câmara Municipal de Barueri

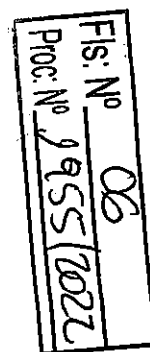
Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

incursão na gestão ordinária administrativa a ele incumbida com exclusividade, assim como não provoca aumento de despesas da Administração.

Portanto, o nobre autor desta propositura atua dentro de sua esfera legislativa, tendo em vista que maneja projeto contendo matéria de iniciativa geral, comum a todos os titulares da competência legislativa municipal, não havendo usurpação da competência legislativa do executivo.



Considerações finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea 'd' artigo 15, inciso IV, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) **Parecer da Comissão de Transportes** (artigo 50, § 5º, do RI);
- c) **Discussão Única** (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);
- d) **Quórum: maioria simples** dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).
- e) **Votação simbólica** (artigo 189, inciso I, do RI);

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A - G E R A L

S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta Procuradoria
Geral.



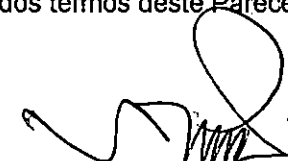
LUCAS RAFAEL NASCIMENTO

Procurador-Geral

OAB/SP nº 264.968

Fls. Nº	07
Proc. Nº	1955/2022

A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.



MARCOS PEREIRA DA SILVA

Assessor da secretaria-geral

